

PARA DISCUTIR CLASSE SOCIAL, O CASO DA USINA AÇUCAREIRA PAREDÃO

Rafael Giovanetti Teixeira¹

Resumo

Este trabalho pretende discutir as relações de classe que conformaram a Usina Açucareira Paredão, localizada na cidade de Oriente, São Paulo, considerando sua formação social e histórica, o processo histórico que a precedeu e a conformou, até seu fechamento, em 1993. Reconhece-se o colonato (STOLCKE, 1986; SILVA, 1986; MARTINS, 1979; MONBEING, 1998) e o complexo de fábrica com vila operária (LEITE LOPES, 1985) como constructos teóricos e práticos para tal discussão. Recorre-se às discussões acadêmicas sobre a formação da classe trabalhadora brasileira e às especificidades do caso estudado. Deste modo, se extrapola as categorias estritas de classe para discutir principalmente as práticas de classe que conformaram as atuações nessa usina.

Palavras-chave: Classe Social, Colonato, Vila Operária

Abstract

This paper intends to discuss the class relations that formed the Açucareira Paredão Mills, located in the city of Oriente, São Paulo, considering its social and historical formation, the historical process that preceded and conformed it, until its closing in 1993. The settlement (STOLCKE, 1986; SILVA, 1986; MARTINS, 1979; MONBEING, 1998) and the factory complex with working-class village (LEITE LOPES, 1985) are recognized as theoretical and practical constructs for such discussion. Resorts a academic discussions about the formation of the Brazilian working class and the specificities of the case study. Thus, the strict class categories are extrapolated to mainly discuss the class practices that shaped the performances in this mill.

Keywords: Social Class, Settlement, Working Village

Introdução

Este trabalho pretende discutir as relações de classe que conformaram a Usina Açucareira Paredão, localizada na cidade de Oriente, estado de São Paulo, considerando sua formação social e histórica, o processo histórico que a precedeu e a conformou, até seu fechamento. Este período envolve praticamente todo século XX: a colonização do oeste paulista pela expansão da lavoura cafeeira e a implantação do colonato na região; a diversificação das culturas agrícolas e implantação da cana-de-açúcar, que impulsionou a criação e desenvolvimento da Usina pós Crise de 1929; as consequências do desenvolvimento tecnológico e das legislações trabalhistas até seu fechamento em 1993.

Em um primeiro momento, apresentar-se-á um breve histórico sobre a formação social e histórica da Usina, reconhecendo os processos formadores da região que influenciaram na sua criação, manutenção e funcionamento. Recorre-se à historiografia do colonato, presente

¹ Mestrando Bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG 2019 - 2020).

tanto nas fazendas de café como nas de cana-de-açúcar e às questões sobre sua extinção na década de 1960, identificando as problemáticas envolvidas neste regime de trabalho.

Também se recorre às discussões sobre os núcleos habitacionais destinados a trabalhadores, suas diferenças e semelhanças quanto ao tamanho, arquitetura, forma urbana ou rural e grau de autonomia em relação à empresa (Correia, 2001). Ademais, entende-se na especificidade de núcleos que conformam “Complexos de Fábrica com Vila Operária” (Leite Lopes, 1985), um campo de identificação das dinâmicas da Usina.

Recorre-se então a Williams (1989) e Queiroz (1978) para a discussão da dualidade entre campo e cidade, rural e urbano, considerando as distâncias entre o que seria o rural do colonato e o urbano de uma fábrica de vila operária. Ainda considerando essa dualidade, se considera as discussões sobre classe social brasileira, sua formação e identificação na academia e como tal questão se fez presente nesse objeto em específico, buscando entender como os trabalhadores e as trabalhadoras, assim como seus familiares moradores das casas nas limitações da Usina, construíram, significavam e até diluíram suas divisas entre campo e cidade, nos seus modos de vida, como materialidade de cultura e valores, inseridos entre a sazonalidade da safra da cana-de-açúcar e a marcação do tempo da fábrica.

Usina Açucareira Paredão

Antes da cana-de-açúcar e do gado, as terras que pertencem à Usina Açucareira Paredão vinham sendo ocupadas pela grande e expansiva monocultura do café. A franja pioneira cafeeira rumo ao oeste paulista chegou à região às vésperas da grande Crise de 1929. As fazendas de café já estavam plantadas, os colonos chegaram para lidar com o cultivo e com a colheita, alguns povoados e cidades se formavam entre as colônias (MONBEING, 1998). A Grande Crise não freou a marcha do café para o oeste paulista, mas influenciou na diversificação de culturas na região de Marília (STOLCKE, 1986). O algodão e a cana-de-açúcar tomaram frente nesse processo, acompanhados por roças para o consumo da região, principalmente a partir da década de 1940 (MARTINS, 1979).

A cidade de Oriente fez parte desse processo, pois está situada no centro-oeste do estado de São Paulo. Atualmente com 6.097 habitantes, segundo censo IBGE de 2010 Teixeira (2017). Surgiu de um conjunto de vilas familiares durante a política rodoviária e ferroviária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, responsável por estender e estruturar a fronteira

agrícola cafeeira na Alta Paulista (hoje, centro-oeste paulista), durante a primeira metade do século XX².

Monbeing (1998, p. 355) destaca que “um dos mais ricos plantadores da franja pioneira o suíço Max Wirth, participa mais ou menos abertamente das recentes fundações urbanas da Alta Paulista”. Wirth era um grande industrial do setor de tecelagem em sua terra natal. Por volta da década de vinte, vendeu tudo e investiu no mercado especulativo de terras no Brasil e na agricultura, principalmente em café, na Alta Paulista. Entre as frentes de investimento desse suíço esteve a Fazenda Paredão, em 1926, utilizada como polo de teste de novas tecnologias agrícolas no setor cafeeiro.

Wirth manteve os padrões de arquitetônicos suíços nas edificações principais da administração e construiu as colônias para assentar as famílias que trabalhavam no café. Além das casas, havia igreja, clube, escola, marcenaria, ferraria, olaria, máquina para beneficiar café, mercearia, etc, que se beneficiava das culturas de subsistência para alimentar a todos, em uma aglomeração populacional basicamente independente da cidade de Oriente.

Nesse sentido, em 1933, a fazenda foi desmembrada por Wirth para que seus genros instalassem a Usina Paredão, localizada aos pés de uma serra que distancia em três quilômetros Usina da cidade. Mantendo as casas das colônias e os prédios da administração com algumas expansões, construíram o parque industrial com uma destilaria de cinco andares, produzindo aguardente e açúcar.

Em 1949, o Grupo Giorgi, tradicional no setor têxtil da capital paulista e proprietário de um grande conglomerado de empresas de diversas áreas, assume o controle da então Usina Açucareira Paredão Ltda, até então propriedade dos Wirth. Assim começa um processo de expansão da cultura canavieira na região, com a compra das terras vizinhas decadentes da cultura do café.

Esses processos de concentração fundiária estiveram acompanhados por expansões no parque industrial. Na década de 1960, boa parte do parque industrial foi reformulada e os estímulos do Pro-álcool, principalmente até meados da década 1980, promoveram outra grande expansão na cultura canavieira. O campo também passou por um processo de desenvolvimento tecnológico. Por mais que o corte manual de cana prevaleceu durante todo o

²Carlos Vendramini fixa-se nas terras em 1925 e em 1929 faz o loteamento da Vila Hormus, que, conjuntamente com a Vila Reis e outras pequenas vilas. Com o prolongamento da estrada de ferro da Companhia Paulista em 1934, o povoado foi elevado a Distrito de Paz pelo decreto número 6721, vinculado judiciária e politicamente à Comarca de Marília. À esquerda da ferrovia sentido Tupã, se desenvolvia a cidade, que foi elevada a município pelo Decreto Lei número 14.334 em 1944 (TEIXEIRA, 2017, p. 23).

período, o transporte mudou, passando pela tração de carros de boi para o trator e ainda para caminhões de grande porte. Também ocorreu a aquisição de carregadeiras hidráulicas.

Boa parte dos processos expansivos aconteceram às vésperas das agitações inflacionárias da década de 1980, que junto da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1990 pelo governo Collor, fragilizaram financeiramente o grupo, culminando com o fim das atividades industriais em 1993.

A distância da cidade propiciou certa independência econômica, social e política da comunidade da Usina e de suas fazendas. Além do parque industrial, existia na propriedade padaria, açougue, armazém, farmácia, escola, clube de recreação, quadra esportiva e campo de futebol. Cerca de 500 famílias viviam nas colônias, algumas mais próximas da administração e do parque industrial, outras mais afastadas, em meio às fazendas, somando por volta de 2000 pessoas.

Colonato e Vila Operária

No Brasil, o estudo sobre comunidades específicas de trabalhadores/as aconteceu em grande escala durante as décadas de 1960 e 1970, muitas delas feitas por etnografias acompanhando o cotidiano dessas pessoas. Porém, a continuidade desses estudos se mantém até os dias atuais, com aprofundamento e ampliação desses estudos ou focados na aparição de outras comunidades, algumas ainda existentes, outras que já foram extintas, mas que seguem nas memórias de quem as vivenciou. Estes estudos buscam entender a formação da classe trabalhadora brasileira, do campesinato e/ou da classe operária, suas especificidades e transformações a nível nacional, regional e local.

José Sérgio Leite Lopes em *O vapor do diabo*(1978) desenvolve uma pesquisa na região canavieira do estado de Pernambuco em 1972, que aborda, em um ponto de vista da antropologia social e por meio de etnografia participante, os trabalhadores da planta fabril das usinas de açúcar (definidos pelo autor como operários) – até então pouco mencionados na literatura sobre a *plantation*.

O autor demonstra a importância desses operários no processo de produção do açúcar – que correspondem a uma pequena parcela do total de trabalhadores do processo de manufatura do açúcar - e analisa as representações e os comportamentos relativos a seu trabalho e a sua prática econômica, privilegiando as diferenças internas entre eles e as relações que sustentam essas diferenças. Desta maneira, ele percebe as concepções diferenciais que esses operários têm sobre as relações sociais que permeiam a produção do açúcar e dos comportamentos coerentes com essas concepções; também apresenta as

diferentes contradições vividas pelos operários, e as tentativas da usina para controlar essas contradições.

Este mesmo autor em *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés* (1985), analisa um grupo de trabalhadores da vila operária da “cidade de Paulista, Pernambuco, construída pela companhia de Tecidos Paulista, ao redor de suas duas plantas fabris de fiação, tecelagem, estamparia e trabalhos anexos” (LEITE LOPES, 1985, p. 15). Leite Lopes (1985) sustenta que as fabricas com vila operária (e do Sistema Paulista estudado pelo autor) formam um “padrão específico de relações de dominação”, são fábricas que “subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção”, constituem outras “configurações de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre classe operária e o patronato” (LEITE LOPES, 1985, p. 18).

As fábricas com vila operária formam um complexo sócio econômico, cultural e político: a fábrica moderna, o trabalho assalariado, o paternalismo industrial com formas específicas de educação (escola operária), de religião (capelas com padroeiros católicos), de consumo (armazém da fábrica), e de lazer (clubes da fábrica) (Leite Lopes, 1985).

Correia (2001) investiga não apenas as alterações nos termos empregados para nomear as aglomerações erguidas por empresas para alojar seus funcionários, mas também as variações no sentido e no uso de um mesmo termo para designar tais aglomerações. A autora mostra como uma mesma designação tem sido aplicada a diferentes situações na busca de estabelecer relações positivas ou negativas entre diferentes aspectos, que variam em termos de tamanho, arquitetura, forma urbana e grau de autonomia em relação à empresa.

As diferentes formas de nomear as aglomerações de casas privilegiam aspectos diversos do lugar: palavra fazenda enfatizava a condição de inserção dos grupos de moradias em uma propriedade rural particular; as formas vila operária, bairro proletário e cidade operária deslocam o foco para a ocupação e classe social da população residente (CORREIA, 2001, p. 94).

Diferenciam-se entre si por indicarem variações de escala: vila operária diz respeito a pequeno grupo de casas em cidades ou no campo; bairro operário refere-se a um conjunto de casas de maiores proporções situado em uma “cidade-aberta”; cidade operária aplica-se a uma localidade isolada com um conjunto de moradias e serviços complementares e certa autonomia na vida local, tanto em relação a outros centros urbanos, quanto à própria empresa que gerou a aglomeração (CORREIA, 2001, p. 94).

O regime de trabalho conhecido como colonato constituiu a colonização da região de Oriente. Segundo Martins (1979: 124) o termo colonato deriva dos primeiros planos para substituir o trabalho escravo através de programas de colonização a partir de 1850. Designa o regime de trabalho singular desenvolvido no interior da grande lavoura. Trabalhadores que atuam nesse regime de trabalho, laboram e vivem em casas enfileiradas nas colônias das fazendas e passaram a ser conhecidos como colonos.

Entre as características do colonato estão o pagamento fixo pelo trato do cafezal (ou canavial); pagamento proporcional por quantidade colhida, produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador; além do emprego do trabalho familiar (MARTINS, 1979, p. 11).

Delma Pessanha Neves (2008) discute a morada e o colonato em seus estudos sobre o campesinato no Estado do Rio de Janeiro. Ela utiliza entrevistas com ex-colonos e ex-moradores vinculados à cultura de café e cana de açúcar a partir da reconstrução *a posteriori* da memória social para o registro de suas experiências sociais. A autora sustenta que o colonato, como forma de imobilização e exploração da força de trabalho, subordina econômica, social e politicamente os colonos e moradores ao proprietário da terra. Com certa autonomia para produção de bens alimentícios e a quase ausência de remuneração, esta forma de exploração da força de trabalho propiciava a transferência das perdas pela variação dos preços do mercado aos colonos. E, somados as relações paternalistas e clientelistas de *ajuda* do proprietário à família do colono, contribuía para o rebaixamento do valor da força de trabalho do colono ao realizarem trabalho gratuito para o patrão, na contrapartida da cessão de terra para a produção de subsistência.

Moacir Palmeira (1977), em outra instância, recorre à memória social para recuperar a história e elucidar, através de entrevistas, as relações sociais do campesinato das regiões açucareiras no nordeste brasileiro em meados da década de 1950, considerando as relações entre proprietário de terra e morador.

A vinculação da moradia ao trabalho é central na obra do autor. Esta relação é estabelecida particularmente no contrato informal entre o morador em potencial e o proprietário da terra e tem como condição o sustento de toda família do morador – com um lote de terra para plantação de subsistência, variando em extensão e qualidade - que lhe permita as vantagens em conjunto ao trabalho (Palmeira, 1977).

Palmeira (1977) ainda estabelece que o reconhecimento da relação de morada à de sujeição como sinônimo mais especificamente quando relacionados aos dias de trabalho e à meação da produção que o morador presta ao proprietário, dependendo da relação de

barganha estabelecida entre eles, fortemente dependente da sua importância e da abrangência das tarefas prestadas.

Entre outros estudos sobre colonato e complexo de fábrica com vila operária, Ângela Cristina Ribeiro Caíres (2008) fez um estudo de grande importância ao analisar o colonato (e sua dissolução) na Usina Tamoio - da sua ascensão a partir de 1917 ao fechamento na década de 1990 - umas das usinas mais expressivas da região de Ribeirão Preto, do Estado de São Paulo e do país. A Usina se destacou a partir da década de 1950 pelo modelo de organização social e pelas modernas instalações industriais e foi fonte de vários estudos. De acordo com a autora a Usina Tamoio era

[...] equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo, suntuosa igreja, escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrihado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais etc. (CAÍRES, 2008: 167).

Caíres (2008) demonstra que os colonos moradores das colônias envoltas à Usina Tamoio, ao combinarem a cultura do açúcar com culturas acessórias de subsistência e ao se submeterem à exploração do trabalho familiar, expunham a eficácia do sistema de colonato pela empresa, uma vez que permitia que seus administradores se defendessem das flutuações do mercado do açúcar.

Contudo, sustenta que, no início da década de 1960, a nova dinâmica de desenvolvimento capitalista impôs novas formas técnicas à agroindústria e o colonato foi extinto, sendo substituído pelo trabalho assalariado. A autora expõe as condições em que esse processo ocorreu pela perspectiva dos/as trabalhadores/as, nas marcas presentes em suas memórias, e coloca em contraste a nostalgia dos “bons tempos” e os processos de luta dos colonos.

O Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 e, principalmente, o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, resultado da atuação trabalhadora no campo e da negociação com as elites, implementaram normas que extrapolavam as vontades do patronato no colonato e resultou no esvaziamento, fechamento e destruição de várias colônias (Caíres, 2008). Gabriela Campagnol (2008) fez um belíssimo levantamento dessas usinas no estado de São Paulo e mostra como essas mudanças afetaram outras usinas. Pouquíssimas continuaram com residências nas limitações da indústria e com trabalhadores residentes nas lavouras, passando a utilizar trabalhadores temporários ou ‘volantes’.

Verena Stolcke (1986) escreveu um dos livros mais importantes sobre o colonato: *Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital*. Nesta obra, a autora estudou as transformações do colonato nas fazendas de café do estado de São Paulo, do seu surgimento no final do século XIX até sua total extinção na década de 1960. Para ela, o colonato era um sistema de controle e fixação da força de trabalho individual e familiar com forma mista de remuneração - por tarefa e por colheita - envolvendo culturas alimentares de subsistência. As colônias eram um enfileirado de casas onde moravam os colonos. Esse sistema foi extinto na década de 1960 e substituído pelo trabalho assalariado intermitente, os “volantes”.

José Graziano da Silva, grande estudioso da questão agrária brasileira, escreve em 1986 uma resenha crítica do livro de Verena Stolcke (1986). Nesta resenha, o autor sustenta que o colonato agonizou em existência no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial pela sua incompatibilidade com a modernização da agricultura.

Silva (1986) também questiona a total extinção do colonato em São Paulo na década de 1960 preconizada por Stolcke (1986) e realça a possibilidade de existência de “sistemas mistos” de remuneração, com trabalhadores ainda residentes nas colônias, que recebem salários e ainda tem algum “benefício”, como a “roça de subsistência”, não sendo os colonos típicos aos quais Stolcke (1986) se referiu, mas ainda existentes. Silva (1986) ainda defende a necessidade de incluir na análise da história da agricultura brasileira, do fim e transformação do colonato, as razões e consequências da expansão canavieira em São Paulo, principalmente no início dos anos 1960.

No mesmo ano, em resposta a José Graziano da Silva, Verena Stolcke (1986a) elucida o caminho político levado pela sua investigação, focalizada nas formas de dominação do trabalho e resistência dos/as trabalhadores/as, na tentativa de uma “história antropológica” das transformações das relações de produção nas fazendas de café em São Paulo. Ela reforça a utilização da memória dos trabalhadores dos eventos retidos e acentuados que revelam algo importante sobre a maneira pela qual grupos sociais específicos vivenciaram sua política.

Stolcke (1986a) defende principalmente que o colonato não desapareceu "num passe de mágica", mas que os proprietários substituíram seus colonos por trabalho assalariado residente e eventual, buscando recuperar a liberdade de contrato que estava ameaçada com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Este estatuto é resultado de um processo de crescente polarização quanto à questão da reforma agrária, ocorrido no final dos anos 1950 e início da década de 1960.

Entre outras explicações de Stolcke (1986a) a Silva (1986) a de principal proveito diz respeito à necessidade de estudos da expansão canavieira em São Paulo:

Analisei tão somente a transformação das relações de produção na agricultura cafeeira, de modo que estou plenamente de acordo sobretudo a urgente necessidade de estudos similares a respeito de outras lavouras, como a da cana, que prestem a devida atenção aos eventos legais e políticos (STOLCKE, 1986a, p. 6).

A necessidade de estudos sobre as transformações nas relações de produção na agricultura canavieira já havia sido ressaltada pela Stolcke em seu livro de 1986, em uma nota de rodapé, em que resgata algumas obras sobre o tema e destaca “a pouca informação sobre a forma como evoluíram as relações de produção nas lavouras de cana de São Paulo” (STOLCKE, 1986, p. 180), principalmente sob a influência do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Classe trabalhadora: entre o rural e o urbano

Reconhecendo a especificidade dessa comunidade, suas relações divididas entre o colonato – essencialmente rural e de relações camponesas – e um complexo de fábrica com vila operária – essencialmente urbano e de relações operárias –, há que pensar as relações que compõem uma usina açucareira, envolvida pela sazonalidade da safra e a temporalidade da fábrica.

Leite Lopes (1978) apresenta as especificidades que uma usina açucareira contém em relação a outras indústrias. A sazonalidade da safra impõe um ritmo acelerado na seção de fabricação, não só pelo funcionamento interrompido da maquinaria, mas também pelo aumento da sua intensidade, chegando a aumentar o desgaste das peças. A lavoura é demandada por matéria-prima para que não haja nenhum vácuo produtivo. A cana apresenta um pico de glicose que é calculado para a colheita no período correto. Ademais, quando é cortada, a planta vai perdendo gradativamente seu potencial.

Deste modo, pensar a relação campo e cidade ou rural e urbano como dicotômicos não atenderia às necessidades analíticas e explicativas que a pesquisa requer. Raymond Williams em *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura* (1989) analisa as concepções produzidas pela literatura inglesa em diferentes períodos históricos. O autor defende a necessidade de superação da dicotomia rural-urbano mostrando a unicidade entre campo e cidade, como um todo social:

‘Campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas, e isso não é de se estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência de comunidades humanas. O termo inglês *country* pode significar tanto ‘país’ quanto ‘campo’; *the country* pode ser toda a sociedade ou só sua parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente,

extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização (WILLIAMS, 1989: 11)

No desenvolver da obra, Williams (1989) argumenta que a divisão e oposição entre campo e cidade é resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, compreendido não só como estruturas econômicas, mas como formas pelas quais uma sociedade se constitui, incluindo valores e elementos culturais. Essa divisão não ocorreu pensando somente termos de estrutura econômica, mas foram sendo produzidas pelas pessoas, ao associarem imagens e valores a esses locais, que, por sua vez, variam em diferentes momentos, possuindo historicidade e, portanto, o autor aponta para a necessidade de compreender o campo e a cidade como noções produzidas socialmente e em constante transformação.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, reivindicada como uma das principais expressões da sociologia rural brasileira, complexifica sua posição por entender a ligação entre o rural e o urbano:

[...] o campo nunca pôde ser compreendido por si mesmo, pois se ele existe, é porque existe a cidade – e vice-versa. A cidade pertence ao universo do campo, como o campo pertence ao universo da cidade. Quando falamos numa Sociologia Rural diremos que é do ponto de vista do rural que nos colocamos para compreender as relações entre o rural e o urbano; e no ponto de vista urbano quando fizermos Sociologia Urbana. Quando esta regra fundamental é esquecida, chegamos a explicações falsas, ou ficamos girando em círculo diante de questões que parecem insolúveis (QUEIROZ, 1978, p. 309)

Queiroz (1978) defende, deste modo, que a relação rural–urbano não se limita a uma discussão no interior da sociologia rural e se constitui em fonte de discussão sobre sua utilidade metodológica e teórica,

A interligação entre meio rural e meio urbano, [...] como posição metodológica, veio recebendo sucessivas confirmações à medida que examinávamos diversos problemas e que descrevíamos sucintamente casos concretos. A tentativa de verificar quais processos independentes existiriam no meio rural mostrou quão limitados eles são e que, por outro lado, não se desligam da “sociedade urbana” moderna; ainda mais, embora processos aparentemente independentes, são processos criadores de cidades. Desse modo, a posição metodológica adotada parece afirmar-se como sendo, de fato, a mais apropriada ao caso brasileiro atual (QUEIROZ, 1978, p. 64).

Essa interligação está associada à concepção da autora sobre a totalidade dos processos sociais e históricos nos estudos de comunidades locais. Amparada na teoria do fato social total e Marcel Mauss, a autora fundamenta a necessidade de se ir além da análise local

(base dos estudos de comunidade norte-americanos), mas construir uma explicação que abranja as partes em um todo, pois “cada fenômeno, cada camada social, cada estrutura, cada conjuntura, encontra sua explicação num encadeamento global que jamais se repete tal e qual e que é histórico” (QUEIROZ, 1978, p. 276).

Ademais dessa busca pela totalidade requerida por Queiroz, Williams (1989) chama a atenção para a importância de realizar o trabalho de compreender o que seria rural e urbano, pensando os significados que as pessoas que vivenciam ou vivenciaram certos processos históricos imprimem a tais termos.

Essas duas esferas, que são produtos históricos e construídos cultural e socialmente, materializam e expressam posicionamentos dos sujeitos perante as transformações, compondo o que Thompson (1981) identifica como experiência humana.

Esta concepção reincorpora à tradição marxista a ação das pessoas enquanto sujeitos históricos e culturais, evitando uma perspectiva que as move mecanicamente a partir da economia e de modos de produção sucessivos. As pessoas experimentam situação sobre as quais não possuem todo o controle, mas as tratam a partir do seu possível.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981: 182)

Thompson (1987) nega que as estruturas econômicas determinem a totalidade da vida humana, sendo as escolhas das pessoas apenas limitadas pela realidade em que vivem. Para tanto, o autor delimita a consciência individual e do grupo em relação a outro indivíduo ou grupo e ainda sua cultura enquanto ato de fazer-se e refazer-se através da experiência. Desta forma, sustenta que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15).

Este debate está direcionado a Althusser e a seus seguidores da corrente estruturalista do marxismo, revelada reducionista por Thompson especialmente pelo uso mecânico da “metáfora base superestrutura”³. Esse reducionismo tem levado a análises históricas e

³ Marxistas ortodoxos pensaram a ‘infra-estrutura’ (ou base) e a ‘superestrutura’ como entidades concretas e separáveis. A primeira relacionada diretamente à economia e a segunda a política ou cultura. Ao separá-las e

sociológicas que tratam eventos sociais e culturais apenas como consequência da localidade de classe dos seus atores.

Althusser buscava uma releitura da teoria marxista à luz do contexto da década de 1970, entendendo a atuação dos aparatos institucionais na vida da classe trabalhadora. Althusser (1985) recobra de Marx a existência do Aparelho de Estado, constituído pelo governo, administração, exército, polícia, tribunais, prisões, etc, e o renomeia como “Aparelho Repressivo do Estado”. O termo “repressivo” especifica que eles podem valer-se da violência, física ou não. Estes aparelhos são veículos da ideologia da classe burguesa para sua dominação classista. Deste modo, Althusser delimita as classes sociais como categorias estritas, sem considerar contextos ou atuações, apenas veiculações de ideologia nos Aparelhos e detenção dos meios de produção.

Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles em “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico” (1984: 131), fazem um compilado dos estudos sobre a classe operária brasileira, buscando examinar os modos de construção da imagem dos trabalhadores nas ciências sociais no Brasil. Os autores identificam um “paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerge de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta” (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 131).

Os estudos sistemáticos sobre a classe operária brasileira começam a ganhar força no virar da década de 1960. Estes estudos enfocavam principalmente nos desajustamentos do que seria uma classe operária com falta de consciência de classe, falta de coletivismo, estabelecida em sindicatos controlados pelo Estado. Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, e, logo depois, Leôncio M. Rodrigues, J. Albertino Rodrigues, inauguram uma tradição de estudos sobre a classe operária (SADER, PAOLI & TELES, 1984).

A reflexão sobre a classe operária que daí emergiu teve marcas bem definidas. Primeiro, seus textos mais importantes saíram do meio acadêmico, isto é, procuravam base empírica e sistemática de explicação. Segundo, supôs a montagem de uma questão referida, comparativamente, à experiência dos países de industrialização clássica, frente aos quais perguntava-se sobre a particularidade brasileira deste processo e, em especial, sobre o lugar que o proletariado ocuparia nesta transformação. Isto significava, imediatamente, defrontar-se com o marxismo (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 134).

isolá-las, perderam de vista os próprios processos – não relações abstratas, mas processos constitutivos – que o materialismo histórico dialético deveria ter, como sua função no resultado, na síntese.”

Nessa operação de estudos, houve lugar para a “absorção dos instrumentos de análise da sociologia industrial americana” (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 135), certa recuperação da tipologia ‘sociedades tradicionais-sociedades modernas’ (e conseqüentemente da dualidade rural urbano) na medida em que toda a questão implicava no processo de industrialização do país. “É do debate montado entre os autores do final da década de 50 que se constituirá um modelo de análise, dominante até o fim dos anos 70” (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 135).

Porém, estes autores defendem que os trabalhos de Francisco Weffort publicados a partir 1972 produziram um impacto considerável no período.

Como os autores que o precederam, Weffort procura a classe nos sindicatos. Porém, ao contrário deles, o sindicato não é tratado como instituição formada, com funções próprias ou modelares e limites precisos dados pelo caráter da sociedade. O sindicato é visto como lugar político onde estão presentes orientações ideológicas atuantes e conflitantes, através das quais a classe se faz na sua visibilidade. (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 146)

Weffort construiu uma figura atuante da classe trabalhadora, dividida em frentes, mesmo que captada pelas malhas institucionais. Para o autor, a classe operária é uma que sai às ruas, que faz greves – apesar dos sindicatos e dos partidos –, mostra energia e um ímpeto reivindicativo indisfarçável. A heterogeneidade da composição interna da classe, os comportamentos e valores pouco profissionais e a inserção individualista e consumista dos trabalhadores abordadas pelo paradigma de subordinação da classe operária brasileira pouco teriam a ver com a estrutura e funções limitadas dos sindicatos e, sobretudo, com as possibilidades políticas do movimento operário e sindical (SADER, PAOLI & TELES, 1984).

Ademais, são nas razões explicativas da imagem de uma classe atuante que Weffort rompe de vez com a ideia de fraqueza e atraso da classe operária brasileira, principalmente por sua argumentação recusar uma rigidez estrutural que impele a ação de classe “Sua demolição da figura ausente, dependente ou inconsciente de classe, repousa na demolição da ideia de ‘determinações estruturais’ que dariam feição substantiva aos trabalhadores como classe política”. (SADER, PAOLI & TELES, 1984, p. 147)

O que Weffort denuncia é o procedimento teórico que subordina a ação da classe a uma mera figuração das possibilidades já contidas na estrutura e que aparecem como atributos negativos da classe. Weffort critica uma interpretação que, por um processo dedutivo e naturalizante, constrói uma imagem de classe a partir de evidências que se formam nas estruturas e que são vistas como traços impositivos e exigidos pelo caráter da sociedade (SADER, PAOLI & TELES, 1984: 147).

Nos trabalhos de Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Azis Simão, e, logo depois, Leôncio M. Rodrigues, J. Albertino Rodrigues a questão dos trabalhadores como sujeitos de práticas dotadas de significado político e histórico não encontrava protagonismo porque estavam voltados para a questão do caráter da sociedade brasileira, que já definia de antemão os espaços nos quais se esperava encontrar a classe operária, não enquanto práticas, mas enquanto presença instituída. Por outro lado, Weffort, ao qualificar politicamente a ação da classe operária enquanto possibilidade de negação do lugar subordinado que o Estado lhe impõe, movimenta-se num campo onde já se faz possível pensar a classe operária enquanto sujeito (SADER, PAOLI & TELES, 1984).

Esta concepção da classe trabalhadora de Weffort vai ao encontro da conformação de classe social proposto por Thompson (1981) ao estudar o fazer-se e refazer-se da classe operária inglesa. A historiadora Ellen Wood, uma das principais estudiosas desse autor, defende que seu projeto histórico pressupõe que “as relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe e que estas situações levam consigo antagonismos e objetivos essenciais”. Conseqüentemente, “as formações de classe surgem do processo de luta, na medida em que as pessoas experimentam e manejam suas situações de classe. Desta forma, “a luta de classes precede as classes” (WOOD, 1983, p. 103, tradução própria).

O próprio Marx (1998: 61) já buscava sua definição de classes sobre esses termos:

Os indivíduos isolados não formam uma classe a menos que tenham que travar uma luta em comum contra uma outra classe; no demais, eles se enfrentam na concorrência como inimigos. Além disso, a classe torna-se, no que lhe diz respeito, independente em relação aos indivíduos, de modo que estes passam a encontrar suas condições de vidas estabelecidas de antemão, recebendo sua posição na vida, em conjunto com seu desenvolvimento pessoal, da sua classe, já inteiramente traçados, e estando por isso subordinados a eles.

Thompson, dessa forma, busca os processos de luta em que as pessoas atuam e tem sua experiência enquanto classe. Deste modo a conformação de classe social é:

[...] uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento. (THOMPSON, 1998: 102)

Entender como os trabalhadores e as trabalhadoras, assim como seus familiares, moradores das casas nas limitações da Usina, construíram, significaram e até diluíram suas divisas entre campo e cidade, nos seus modos de vida, como materialidade de cultura e valores, inseridos entre a sazonalidade da safra da cana-de-açúcar e a marcação do tempo da fábrica se apresenta como objetivo.

A atuação dos sindicatos rurais na Usina não se constituiu de maneira muito incisiva. O levantamento bibliográfico feito encontrou somente uma greve relativamente grande, na década de 1950, na qual os trabalhadores rurais exigiam equiparação salarial com os trabalhadores da indústria. Mesmo o movimento paredista de 1984, com a grande greve do setor sucroalcooleiro, que começou em Guariba-SP e tomou proporções continentais, chegando a vários países da América Latina, não houve grandes atuações diretas no interior da Usina.

Porém, não se pode afirmar que os trabalhadores e trabalhadoras da usina não se constituíam enquanto classe por falta de atuação paredista. Existiam várias práticas cotidianas de resistência à exploração e na luta pela manutenção de direitos. O embate na lavoura se dava, por exemplo, no pagamento correto da metragem de cana cortada pelo trabalhador. Como foi exposto por Teixeira (2017), o ‘roubo’ de braças na contagem dos talhões para a posterior pesagem, feita pelos fiscais da usina ou pelos ‘gatos’⁴ era questionada pela fiscalização entre os próprios contadores e o sindicato, que acompanhava as jornadas na medida do possível.

Assim como exposto por Leite Lopes (1978), a eterna luta pelo pagamento correto das horas extras também se fazia presente na Usina. O setor que apresenta maiores embates são os trabalhadores das oficinas – tanto oficina mecânica de autos como oficina mecânica de fabricação –, que trabalham muitas vezes por demanda e cujas jornadas se estendem várias horas além do habitual, principalmente nos períodos de safra, em que todo maquinário é utilizado a todo vapor.

James Scott (2002), utilizando o aparato teórico de experiência humana de Thompson, ao analisar os camponeses do sudeste asiático, mostra como estes se conformavam enquanto classe em ações cotidianas de resistência. Estas variavam entre trabalhar de maneira mais lenta ou causar desentendimentos propositais. Por mais que os trabalhadores não atuem numa ação revolucionária camponesa, atuam e constituem-se enquanto classe nas suas ações cotidianas de resistência.

⁴“Gatos” são aliciadores de força de trabalho para o corte da cana-de-açúcar. São intermediários entre o usineiro e o trabalhador responsáveis pelo transporte e arregimentação do trabalho no canavial.

As ações de solidariedade entre os moradores da comunidade, encontrada em relatos durante a pesquisa de campo realizados por Teixeira (2017)⁵, também conformam atos de comunitarismo e identidade. Muitas vezes, por meio de mutirões em parceria com a igreja, ações de doação de roupa e alimento envolviam grande parte das pessoas da comunidade que não trabalhavam diretamente na usina.

O distanciamento da usina em relação à cidade de Oriente também conformou uma peculiaridade sócio cultural no que diz respeito a dualidade campo cidade. O armazém gerido pela administração da usina estava envolvido em uma dualidade no que diz respeito aos preços. Teixeira (2017) expôs uma dupla interpretação por parte dos trabalhadores: de um lado, seguindo o discurso da empresa, dizia-se que os valores dos itens básicos vendidos configuravam preço de custo ou subsidiado pela empresa e que eram bem mais baratos que os comprados fora da fazenda. De outro, argumentavam que os preços eram bem mais caros, gerando endividamentos que levavam vários meses para serem pagos. O endividamento também entrava nessa dualidade, sendo questionado enquanto má gerencia do dinheiro pelas famílias ou pelos preços excessivos dos produtos. O ponto central, todavia, diz respeito à busca por outras vendas. Identificou-se nas falas que “ir para a cidade” fazer compras era a saída para o endividamento.

Essa divisão entre campo e cidade esteve marcada também na rivalidade entre o time de futebol amador da usina e o time da cidade de Oriente. A divisão entre as comunidades expressava um distanciamento simbólico entre as administrações como foi observado em Teixeira (2017) e nas colunas de esportes do Jornal Prevencionista, órgão informativo interno da Usina.

Ações de confraternização também devem ser consideradas. Aspectos culturais locais conformam as experiências comunitárias entre trabalhadores e familiares. Festas promovidas pela administração ou pelas próprias pessoas nas colônias em que habitavam eram espaços de socialização.

Evidentemente que Assistência Social obrigatória estipulada pelo Estatuto da Lavoura Canavieira e pelo Estatuto do Trabalhador Rural às áreas sociais comuns aos trabalhadores geriu boa parte das ações sociais da administração, principalmente as que dizem respeito a moradia. Gabriela Campagnol (2008) ao fazer o levantamento sobre as usinas de açúcar em

⁵ Este trabalho teve como finalidade a análise a posteriori das condições de vida e trabalho de moradores e trabalhadores da Usina Açucareira Paredão, utilizando entrevistas, fontes primárias e revisão bibliográfica do tema.

São Paulo durante o século XIX e XX mostra como várias indústrias fecharam seus núcleos habitacionais ao serem pressionadas legalmente pelos trabalhadores.

Conclusão

A Usina Açucareira Paredão conformou-se a partir da decadência do cultivo do café após a Crise de 1929. Herdando suas edificações e relações sociais do regime de trabalho que colonizou a região, o colonato, atravessou 60 anos do século XX com trabalhadores vivendo nas casas das colônias.

O desenvolvimento tecnológico e nas legislações trabalhistas promoveram mudanças substanciais nesse regime de trabalho. A burocratização e intervenção estatal e sindical nas relações laborais transformou as relações patronais entre a administração e os trabalhadores, envolvendo aspectos jurídicos.

As colônias se conformaram cada vez mais a um complexo de fábrica com vila operária (Leite Lopes, 1985), que, mesmo mantendo relações patronais semelhantes a ambas as aglomerações habitacionais, tem no salário sua principal fonte de remuneração, que a distingue diretamente do colonato. O distanciamento da cidade e as fundamentações do funcionamento de uma indústria de açúcar e álcool contribuem para a permanência de várias relações do antigo regime de trabalho. Desta forma, este sistema misto (Silva, 1986) que conforma a Usina, também o faz na formação das classes sociais internas.

Longe de se constituir em categorias rígidas, essa formação material e cultural, entre campo e cidade, estabelece as condições materiais de existência e resistência da classe trabalhadora no Brasil (e não do Brasil), que aconteciam nas relações comunitárias do cotidiano, na convivência dentro e fora do ambiente de trabalho.

Bibliografia

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Graal. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na Usina Tamoio. In. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas tuteladas de condição camponesa exportadora* (Orgs.) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. São Paulo. Editora UNESP. Volume 1. 2008.

CAMPAGNOL, Gabriela. *Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial*. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, SP. 2008.

CORREIA, Telma de Barros. *De Vila Operária a Cidade-Companhia: As aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular*. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. n. 4. DOI:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p83> 2001.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trd. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MONBEING, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Segunda edição. São Paulo. Editora Hucitec. Editora Polis.1998.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; CNPq, 1988.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. *Pensando a Classe Operária: os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico*. Revista Brasileira de História, n. 6, São Paulo, 1984.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002

SILVA, José Graziano da Silva *CAFÉ AMARGO Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* — de Verena Stolcke São Paulo, Brasiliense, 1986. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_resenhas.htm

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena. *O povo na História* — resposta à resenha de José Graziano da Silva, 1986a
Disponível em:
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_resenhas.htm

TEIXEIRA, Rafael Giovanetti: *Análise das condições de vida e trabalho na Usina Paredão, Oriente (SP)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado - Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2017.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 v. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOOD, Ellen. *El concepto de classe em E. P. Thompson*. Cuadernos Políticos, número 36, pp.87-105. México, D.F. 1983.